

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência deste Tribunal.

Art. 16. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO ANTÔNIO MOHALLEM

Desembargador Presidente

Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

INSTRUÇÃO NORMATIVA GP N. 64, DE 6/4/2020 (*)

INSTRUÇÃO NORMATIVA GP N. 64, DE 6 DE ABRIL DE 2020 (*)

(Republicada para incorporação das alterações promovidas pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)

Regulamenta o Plano de Assistência à Saúde no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a Resolução Administrativa n. 95, de 7 de agosto de 2008, que estabelece que as alterações no regulamento do plano de saúde serão implementadas por ato da Presidência, mediante lavratura de expediente próprio;

CONSIDERANDO o Manual de Padronização de Atos Administrativos deste Tribunal, que uniformiza a comunicação interna e externa e conceitua instrução normativa como ato do presidente do Tribunal que regulamenta matéria específica, previamente disciplinada por legislação federal ou norma dos conselhos ou dos tribunais superiores;

CONSIDERANDO que o ato administrativo adequado para regulamentar o Plano de Assistência à Saúde é uma instrução normativa;

CONSIDERANDO os arts. 6º, caput, e 196 da Constituição da República Federativa de 1988, que definem a saúde como um direito social;

CONSIDERANDO os arts. 183, § 3º; 184, III; 185, I, g; e 230 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;

CONSIDERANDO a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, que dispõe sobre normas para licitações e contratos da Administração Pública;

CONSIDERANDO a Resolução n. 207, de 15 de outubro de 2015, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO a Resolução n. 294, de 18 de dezembro de 2019, do CNJ, que regulamenta o programa de assistência à saúde suplementar para magistrados e servidores do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa GP n. 21, de 21 de julho de 2016, que regulamenta os programas e as ações destinados à promoção da Saúde e Segurança do Trabalho e à prevenção de riscos de acidente e de doenças ocupacionais; e

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar a Resolução GP n. 6, de 22 de julho de 2013, que regulamenta o Plano de Assistência à Saúde,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DO OBJETO

Art. 1º Esta Instrução Normativa regulamenta o Plano de Assistência à Saúde no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Parágrafo único. O Plano de Assistência à Saúde tem por finalidade oferecer ao beneficiário programa de prevenção, promoção e recuperação da saúde, capaz de proporcionar a manutenção de níveis adequados de saúde física e mental e a garantia de condições compatíveis com o pleno desempenho de suas atividades.

Art. 2º O Plano de Assistência à Saúde assegura ao beneficiário a prestação de assistência multidisciplinar, hospitalar, ambulatorial e farmacêutica.

§ 1º A assistência a que se refere o caput deste artigo abrange a prestada diretamente pelas unidades de saúde deste Tribunal, a oferecida no âmbito do plano próprio (TRTer Saúde), a disponibilizada por meio de plano privado contratado pelo Tribunal e a decorrente de avença firmada entre este Regional, a seu critério, e entidade representativa de Magistrados ou Servidores que tenha firmado a contratação de plano de saúde privado, e o pagamento de auxílio de caráter indenizatório para cobertura de despesas com medicamentos.

§ 2º A cobertura assegurada pelo TRTer Saúde abrange a prestação de serviços na área da saúde na forma estabelecida por esta Instrução Normativa.

§ 3º A cobertura assegurada pela operadora de plano de saúde contratada por este Tribunal abrange os serviços informados no contrato vigente.

§ 4º A cobertura assegurada pelo plano de saúde ofertado por entidade representativa de Magistrados ou Servidores abrange os serviços informados no contrato de prestação de serviços celebrado entre a operadora de plano de saúde e a entidade representativa de Magistrados ou Servidores com a qual este Tribunal firmar a avença.

§ 5º A assistência farmacêutica prevista no caput deste artigo será prestada para cobertura total ou parcial de despesas com medicamentos, mediante auxílio de caráter indenizatório por meio de reembolso, conforme critérios definidos em regulamento próprio. (Redação dada pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)

I - (Revogado pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)

II - (Revogado pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)

§ 6º (Revogado pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)

I - (Revogado pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)

II - (Revogado pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)

III - (Revogado pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)

IV - (Revogado pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)

CAPÍTULO II

DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 3º Os usuários do Plano de Assistência à Saúde classificam-se em:

I - beneficiários titulares;

II - beneficiários dependentes; e

III - beneficiários especiais.

Art. 4º São beneficiários titulares o:

I - magistrado ativo e inativo deste Tribunal;

II - servidor ativo e inativo deste Tribunal;

III - servidor ocupante de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a Administração Pública;

IV - servidor público federal em exercício provisório, cedido ou removido para este Tribunal, desde que comprovada a não percepção de benefício semelhante no órgão de origem; e

V - cônjuge ou companheiro pensionista de magistrado ou servidor deste Tribunal.

Parágrafo único. Magistrado e servidor que forem cônjuges ou companheiros entre si serão individualmente considerados beneficiários titulares.

Art. 5º São beneficiários dependentes dos beneficiários titulares mencionados nos incisos I a IV do art. 4º desta Instrução Normativa o:

I - cônjuge; e

II - companheiro que comprove união estável como entidade familiar.

Art. 6º São beneficiários especiais:

I - em relação aos beneficiários titulares mencionados nos incisos I a IV do art. 4º desta Instrução Normativa:

a) o pai;

b) a mãe;

c) o filho;

d) o enteado; e

e) o menor sob guarda judicial, até 18 anos de idade;

II - o servidor público estadual ou municipal cedido para este Tribunal; e

III - o filho pensionista de magistrado ou servidor deste Tribunal.

Art. 7º Somente os beneficiários titulares a que se referem os incisos I a IV do art. 4º desta Instrução Normativa poderão inscrever beneficiários dependentes e especiais.

Art. 8º O ex-companheiro e o cônjuge divorciado ou separado, judicialmente ou de fato, de magistrado ou servidor não poderão ser beneficiários do Plano de Assistência à Saúde, ainda que percebam pensão alimentícia.

CAPÍTULO III

DA INSCRIÇÃO

Art. 9º Para se inscrever no Plano de Assistência à Saúde, o interessado preencherá formulário próprio de inscrição e o encaminhará à Seção de Plano de Saúde (SPS).

§ 1º Competirá ao beneficiário titular e aos beneficiários especiais mencionados nos incisos II e III do art. 6º desta Instrução Normativa requerer a própria inscrição.

§ 2º Competirá ao beneficiário titular requerer a inscrição dos respectivos beneficiários dependentes e especiais, observado o disposto no art. 7º desta Instrução Normativa.

§ 3º O beneficiário titular poderá optar pelo plano de saúde contratado por este Tribunal e/ou pelo plano de saúde ofertado por entidade representativa de Magistrados ou Servidores com a qual este Tribunal firmar a avença.

§ 4º O beneficiário titular que optar por aderir, de forma cumulativa, ao plano de saúde contratado por este Tribunal e ao plano de saúde ofertado por entidade representativa de Magistrados ou Servidores com a qual este Tribunal firmar a avença, arcará integralmente com as despesas deste plano de saúde.

Art. 10. O deferimento da inscrição está condicionado ao prévio cadastro dos dados pessoais do interessado na Secretaria de Informações Funcionais dos Magistrados (SEIM), se magistrado ou pessoa a ele relacionada, ou na Secretaria de Pessoal (SEP), se servidor ou pessoa a ele relacionada.

Parágrafo único. No caso de requerimento apresentado por servidor público em exercício provisório, cedido ou removido para este Tribunal, o deferimento da inscrição ficará condicionado, ainda, à declaração emitida pelo órgão de origem de que o interessado não percebe benefício semelhante. (Redação dada pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)

Art. 11. Não haverá carência para utilizar a assistência oferecida pelo TRTer Saúde.

Art. 12. A carência para utilizar a assistência oferecida pela operadora de plano de saúde será definida em contrato.

Art. 12-A. A carência para utilizar a assistência oferecida pelo plano de saúde ofertado por entidade representativa de Magistrados ou Servidores será a definida no contrato de prestação de serviços celebrado entre a operadora de plano de saúde e a entidade representativa de Magistrados ou Servidores com a qual este Tribunal firmar a avença.

CAPÍTULO IV

DO DESLIGAMENTO

Art. 13. O direito do beneficiário de utilizar o Plano de Assistência à Saúde cessará nas seguintes hipóteses:

I - para o beneficiário titular:

- a) licença e afastamento sem remuneração, quando não houver recolhimento da contribuição previdenciária no período respectivo;
- b) exoneração de cargo efetivo e de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a Administração Pública;
- c) demissão;
- d) posse em outro cargo inacumulável;
- e) retorno ao órgão de origem de servidor público federal em exercício provisório, cedido ou removido;
- f) perda da qualidade de pensionista;
- g) redistribuição;
- h) falecimento;
- i) cancelamento voluntário da inscrição, por meio de requerimento encaminhado à SPS; ou
- j) cancelamento de ofício da inscrição, por descumprimento de disposição contida nesta Instrução Normativa;

II - para o beneficiário dependente:

- a) desligamento do respectivo beneficiário titular;
- b) nulidade ou anulação do casamento, separação judicial ou de fato, divórcio e dissolução da união estável;
- c) falecimento;
- d) cancelamento voluntário da inscrição, por meio de requerimento do beneficiário titular encaminhado à SPS; ou
- e) cancelamento de ofício da inscrição, por descumprimento de disposição contida nesta Instrução Normativa; e

III - para o beneficiário especial:

- a) desligamento do respectivo beneficiário titular;
- b) implemento da idade de 18 anos pelo menor sob guarda judicial;
- c) retorno ao órgão de origem de servidor público estadual ou municipal cedido;
- d) perda da qualidade de pensionista ou de enteado;
- e) falecimento;

f) cancelamento voluntário da inscrição, por meio de requerimento do beneficiário titular encaminhado à SPS; ou

g) cancelamento de ofício da inscrição, por descumprimento de disposição contida nesta Instrução Normativa.

§ 1º O cancelamento de ofício da inscrição ocorrerá sem prejuízo das demais medidas administrativas e judiciais cabíveis.

§ 2º No caso de falecimento do beneficiário titular, os respectivos beneficiários dependentes e especiais poderão permanecer vinculados à operadora de plano de saúde, conforme condições estabelecidas no contrato vigente, mediante opção do interessado apresentada à SPS.

Art. 14. O servidor deste Tribunal em exercício provisório, cedido ou removido para outro órgão público, interessado em aderir a programa de assistência ou auxílio à saúde no órgão de exercício deverá requerer, previamente, o cancelamento da inscrição no Plano de Assistência à Saúde, conforme alínea i do inciso I do art. 13 desta Instrução Normativa.

§ 1º É vedada a percepção simultânea de benefícios semelhantes oferecidos nos órgãos de origem e de exercício.

§ 2º A não observância da vedação mencionada no § 1º deste artigo implicará o ressarcimento pelo servidor de valores pagos por este Tribunal no período respectivo.

Art. 15. É dever do beneficiário titular, dependente ou especial informar, de imediato, ao credenciado do TRTer Saúde o desligamento ocorrido durante a realização de tratamento odontológico, psicológico ou fisioterápico.

Art. 16. São deveres dos beneficiários titulares a que se referem os incisos I a IV do art. 4º desta Instrução Normativa informar, de imediato, à:

I - SEIM, se magistrado, ou SEP, se servidor, a ocorrência de nulidade ou anulação do casamento, separação judicial ou de fato, divórcio e dissolução da união estável; e

II - SPS o óbito dos respectivos beneficiários dependentes e especiais.

§ 1º A não observância da exigência mencionada no inciso I deste artigo obrigará o beneficiário titular a arcar com o pagamento integral das despesas de saúde do beneficiário dependente ou especial.

§ 2º A não observância da exigência mencionada no inciso II deste artigo implicará a continuidade da cobrança das despesas de saúde.

CAPÍTULO V

DA ASSISTÊNCIA OFERECIDA PELO TRTer SAÚDE

Seção I

Da Assistência Odontológica

Subseção I

Das Disposições Gerais

Art. 17. A assistência odontológica oferecida nos tratamentos eletivos ou urgentes destina-se ao:

I - magistrado ativo ou inativo deste Tribunal e respectivo cônjuge ou companheiro;

II - servidor ativo ou inativo deste Tribunal e respectivo cônjuge ou companheiro;

III - servidor ocupante de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a Administração Pública e respectivo cônjuge ou companheiro;

IV - servidor público federal em exercício provisório, cedido ou removido para este Tribunal, e respectivo cônjuge ou companheiro;

V - servidor público estadual ou municipal cedido para este Tribunal; (Redação dada pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)

VI - cônjuge ou companheiro pensionista de magistrado ou servidor deste Tribunal; (Redação dada pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)

VII - menor de 18 anos de idade sob guarda judicial dos beneficiários titulares mencionados nos incisos I a IV do art. 4º desta Instrução Normativa; (Redação dada pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)

VIII - enteado até 21 anos, ou até 24 anos de idade se estudante de curso superior ou ensino técnico, dos beneficiários titulares mencionados nos incisos I a IV do art. 4º desta Instrução Normativa; e (Redação dada pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)

IX - filho até 21 anos, ou até 24 anos de idade se estudante de curso superior ou ensino técnico, dos beneficiários titulares mencionados nos incisos I a IV do art. 4º desta Instrução Normativa. (Acrescido pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)

Parágrafo único. Os beneficiários mencionados nos incisos VII a IX deste artigo que apresentem 12 anos de idade incompletos serão atendidos exclusivamente por odontopediatras. (Redação dada pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)

Art. 18. As especialidades odontológicas e os procedimentos cobertos pelo TRTer Saúde estão descritos na Tabela de Normas Técnicas e Honorários Odontológicos, na Tabela de Normas Técnicas e Honorários Odontológicos em Odontopediatria, na Tabela de Normas Técnicas e Honorários Odontológicos em Urgências e na Tabela de Normas Técnicas e Honorários Odontológicos em Urgências em Odontopediatria do plano TRTer Saúde, disponíveis no sítio deste Tribunal.

§ 1º As tabelas referidas no caput deste artigo também contemplam:

I - código, descrição e valor de cada procedimento;

II - intervalo mínimo para repetição de serviço ou para realização de procedimento com a mesma finalidade e no mesmo dente, face ou região;

III - tipos de auditorias (inicial ou final; presencial ou documental) e casos de dispensa;

IV - limite de valor autorizado para procedimentos de prótese dentária, quando houver;

V - normas técnicas definidas para aprovação de procedimento; e

VI - necessidade de exame de imagem, relatório ou fotografia para aprovação de procedimento.

§ 2º O intervalo mínimo a que se refere o inciso II do § 1º deste artigo corresponde ao prazo de garantia do serviço prestado ou do procedimento realizado.

§ 3º Para os atendimentos prestados aos beneficiários com até 12 anos de idade incompletos, os credenciados deverão observar os procedimentos descritos na Tabela de Normas Técnicas e Honorários Odontológicos em Odontopediatria do plano TRTer Saúde.

§ 4º Excepcionalmente, para os beneficiários com até 12 anos de idade incompletos, poderá ser autorizado procedimento que consta na Tabela de Normas Técnicas e Honorários Odontológicos do plano TRTer Saúde, desde que justificado e mediante auditoria inicial.

Art. 19. Durante o prazo de garantia, quem prestou a assistência odontológica é obrigado a reparar ou a repetir o procedimento apenas se o beneficiário não der causa à reparação ou à repetição.

Parágrafo único. Na hipótese mencionada no caput deste artigo, a reparação ou a repetição do procedimento será realizada sem ônus para o beneficiário.

Art. 20. O TRTer Saúde não cobrirá despesa de reparação ou repetição de procedimento realizada durante o prazo de garantia.

Art. 21. A profilaxia realizada por profissional ou instituição, integrantes da rede credenciada ou não, diferentes do(a) que realizou a profilaxia anterior, implicará o desconto do valor integral do procedimento, se não observado, entre uma e outra profilaxia, o intervalo mínimo informado em tabela.

Art. 22. Nos tratamentos odontológicos em que o beneficiário optar pelo uso de material não coberto pelo plano, a despesa decorrente do uso desse material será suportada exclusivamente às expensas do beneficiário.

Art. 23. Concluído o tratamento endodôntico, o beneficiário providenciará a restauração final do dente em até 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. O TRTer Saúde não cobrirá despesa decorrente da repetição de tratamento endodôntico realizada em razão da não observância do caput deste artigo.

Art. 24. É vedada a substituição de restauração por motivo exclusivamente estético.

Art. 25. Situações técnicas não mencionadas nesta seção serão resolvidas pela Seção de Assistência Odontológica (SAO).

Subseção II

Do Tratamento Eletivo

Art. 26. Para usufruir da assistência odontológica oferecida pelo TRTer Saúde nos tratamentos eletivos, o beneficiário deverá utilizar a rede credenciada na cidade onde o serviço for prestado.

§ 1º O beneficiário somente poderá utilizar a assistência odontológica de sua escolha se, na cidade onde o serviço for prestado:

I - não houver credenciado na especialidade procurada; ou

II - houver apenas um credenciado na especialidade procurada e ficar comprovada a existência de motivo que impeça a assistência odontológica.

§ 2º Na hipótese do inciso II do § 1º deste artigo, o beneficiário ou o credenciado comunicará o motivo, por escrito, à SAO, a quem caberá autorizar ou não a realização da consulta inicial com o profissional ou com a instituição da escolha do beneficiário.

§ 3º Independentemente de a assistência odontológica ser prestada por rede credenciada, por profissional ou por instituição da escolha do beneficiário, a realização das auditorias inicial e final pela SAO é obrigatória, ressalvados os casos de dispensa informados nas tabelas mencionadas no art. 18, caput, desta Instrução Normativa.

Art. 27. Para a consulta inicial, o beneficiário apresentará ao credenciado os seguintes documentos:

I - identificação pessoal;

II - certidão de inscrição no TRTer Saúde; e

III - formulário próprio de descrição do plano de tratamento odontológico.

Parágrafo único. Na hipótese de consulta inicial realizada por profissional ou por instituição da escolha do beneficiário, ficará dispensada a apresentação da certidão a que se refere o inciso II deste artigo.

Art. 28. Para procedimentos de radiologia, o beneficiário apresentará ao credenciado os seguintes documentos:

I - identificação pessoal;

II - certidão de inscrição no TRTer Saúde; e

III - pedido assinado por cirurgião-dentista identificado com o registro no Conselho Regional de Odontologia (CRO).

§ 1º Na hipótese de procedimento de radiologia realizado por instituição da escolha do beneficiário, ficará dispensada a apresentação da certidão a que se refere o inciso II deste artigo.

§ 2º Na hipótese de realização de tomografia, o pedido a que se refere o inciso III deste artigo deverá ser feito em formulário próprio e autorizado pela SAO.

Art. 29. Realizada a consulta inicial e preenchido o plano de tratamento pelo credenciado, pelo profissional ou pela instituição da escolha do beneficiário, este será submetido à auditoria inicial da SAO antes de dar início ao tratamento, ressalvados os casos de dispensa informados nas tabelas mencionadas no art. 18, caput, desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. O TRTer Saúde não cobrirá despesa decorrente da assistência odontológica prestada sem observância do disposto no caput deste artigo.

Art. 30. A auditoria inicial será presencial ou documental, conforme o disposto nos §§ 1º a 7º deste artigo.

§ 1º Deverão comparecer à SAO para auditoria inicial presencial:

- I - o magistrado e o servidor deste Tribunal, lotados em Belo Horizonte;
- II - o servidor ocupante de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a Administração Pública, lotado em Belo Horizonte;
- III - o servidor público federal em exercício provisório, cedido ou removido para este Tribunal, lotado em Belo Horizonte;
- IV - o servidor público estadual ou municipal cedido para este Tribunal, lotado em Belo Horizonte; (Redação dada pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)
- V - o magistrado e o servidor inativos deste Tribunal, residentes em Belo Horizonte; (Redação dada pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)
- VI - o cônjuge ou o companheiro de magistrado ou servidor deste Tribunal, residente em Belo Horizonte; (Redação dada pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)
- VII - o cônjuge ou o companheiro de servidor ocupante de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a Administração Pública, residente em Belo Horizonte; (Redação dada pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)
- VIII - o cônjuge ou o companheiro de servidor público federal em exercício provisório, cedido ou removido para este Tribunal, residente em Belo Horizonte; (Redação dada pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)
- IX - o cônjuge ou o companheiro pensionista de magistrado ou servidor deste Tribunal, residente em Belo Horizonte; (Redação dada pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)
- X - o menor de 18 anos de idade sob guarda judicial dos beneficiários mencionados nos incisos I, II, III e V deste parágrafo, residente em Belo Horizonte; (Redação dada pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)
- XI - o enteado até 21 anos, ou até 24 anos de idade se estudante de curso superior ou ensino técnico, dos beneficiários mencionados nos incisos I, II, III e V deste parágrafo, residente em Belo Horizonte; e (Redação dada pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)
- XII - o filho até 21 anos, ou até 24 anos de idade se estudante de curso superior ou ensino técnico, dos beneficiários mencionados nos incisos I, II, III e V deste parágrafo, residente em Belo Horizonte. (Acrescido pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)
- § 2º Deverão enviar documentação à SAO para auditoria inicial documental:
- I - o magistrado e o servidor deste Tribunal, não lotados em Belo Horizonte;
- II - o servidor ocupante de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a Administração Pública, não lotado em Belo Horizonte;
- III - o servidor público federal em exercício provisório, cedido ou removido para este Tribunal, não lotado em Belo Horizonte;
- IV - o servidor público estadual ou municipal cedido para este Tribunal, não lotado em Belo Horizonte; (Redação dada pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)
- V - o magistrado e o servidor inativos deste Tribunal, não residentes em Belo Horizonte; (Redação dada pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)
- VI - o cônjuge ou o companheiro de magistrado ou servidor deste Tribunal, não residente em Belo Horizonte; (Redação dada pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)
- VII - o cônjuge ou o companheiro de servidor ocupante de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a Administração Pública, não residente em Belo Horizonte; (Redação dada pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)
- VIII - o cônjuge ou o companheiro de servidor público federal em exercício provisório, cedido ou removido para este Tribunal, não residente em Belo Horizonte; (Redação dada pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)
- IX - o cônjuge ou o companheiro pensionista de magistrado ou servidor deste Tribunal, não residente em Belo Horizonte; (Redação dada pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)
- X - o menor de 18 anos de idade sob guarda judicial dos beneficiários mencionados nos incisos I, II, III e V deste parágrafo, não residente em Belo

Horizonte; (Redação dada pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)

XI - o enteado até 21 anos, ou até 24 anos de idade se estudante de curso superior ou ensino técnico, dos beneficiários mencionados nos incisos I, II, III e V deste parágrafo, não residente em Belo Horizonte; e (Redação dada pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)

XII - o filho até 21 anos, ou até 24 anos de idade se estudante de curso superior ou ensino técnico, dos beneficiários mencionados nos incisos I, II, III e V deste parágrafo, não residente em Belo Horizonte. (Acrescido pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)

§ 3º No caso de servidor em teletrabalho, a auditoria inicial será presencial, se a residência for em Belo Horizonte.

§ 4º A critério da SAO, os beneficiários mencionados no § 1º deste artigo e o servidor teletrabalhador residente em Belo Horizonte poderão ser dispensados da auditoria inicial presencial, devendo, nesse caso, enviar documentação para auditoria inicial documental.

§ 5º A critério da SAO, os beneficiários mencionados no § 2º deste artigo e o servidor teletrabalhador não residente em Belo Horizonte poderão ser submetidos à auditoria inicial presencial.

§ 6º Os beneficiários mencionados no § 2º deste artigo e o servidor teletrabalhador não residente em Belo Horizonte poderão, a seu critério, submeter-se à auditoria inicial presencial.

§ 7º Para auditoria inicial presencial, o beneficiário comparecerá à SAO em horário previamente marcado, de posse do plano de tratamento e, quando exigidos nas tabelas, de radiografias, exames, relatórios ou fotografias.

§ 8º Para auditoria inicial documental, o beneficiário enviará à SAO o plano de tratamento e, quando exigidos, os demais documentos mencionados no § 7º deste artigo.

§ 9º O prazo para comparecer à SAO ou enviar a documentação para auditoria inicial é de 30 (trinta) dias, contado da data do preenchimento do plano de tratamento.

§ 10. Outros relatórios, radiografias, fotografias e exames poderão ser exigidos pela SAO.

§ 11. É de responsabilidade do beneficiário titular, nos prazos estabelecidos nesta Instrução Normativa, o envio da documentação exigida referente aos tratamentos dos beneficiários dependentes mencionados nos incisos VII a IX do art. 17 desta Instrução Normativa. (Redação dada pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)

Art. 31. Ao realizar auditoria inicial, a SAO poderá:

I - autorizar o tratamento;

II - autorizar o tratamento com restrições; ou

III - não autorizar o tratamento.

Parágrafo único. O tratamento autorizado pela SAO deverá ser concluído no prazo de seis meses, contado da data da auditoria inicial, prorrogável por igual período, a pedido justificado do beneficiário, do profissional ou da instituição que presta o tratamento.

Art. 32. Finalizado o tratamento, é obrigatória a auditoria final documental pela SAO, para avaliar o serviço e a documentação gerada em função do tratamento.

§ 1º Para auditoria final, o beneficiário enviará à SAO o plano de tratamento e, quando exigidos nas tabelas, radiografias, exames, relatórios ou fotografias.

§ 2º No caso de tratamento realizado por profissional ou por instituição de sua escolha, o beneficiário apresentará o recibo ou a nota fiscal de pagamento, além dos documentos exigidos no § 1º deste artigo.

§ 3º O prazo para enviar a documentação para auditoria final é de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de término do tratamento.

§ 4º A inobservância do prazo estabelecido no § 3º deste artigo poderá implicar:

I - desconto integral dos valores relativos aos procedimentos comprovadamente realizados pelo credenciado; ou

II - não reembolso da despesa decorrente da assistência odontológica prestada por profissional ou por instituição da escolha do beneficiário.

§ 5º Outros relatórios, radiografias, fotografias e exames poderão ser exigidos pela SAO.

§ 6º A critério da SAO, o beneficiário poderá ser submetido à auditoria final presencial, em horário previamente marcado, de posse dos documentos mencionados no § 1º, observado o disposto nos §§ 2º a 5º deste artigo.

§ 7º É de responsabilidade do beneficiário titular, nos prazos estabelecidos nesta Instrução Normativa, o envio da documentação exigida referente aos tratamentos dos beneficiários dependentes mencionados nos incisos VII a IX do art. 17 desta Instrução Normativa. (Redação dada pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)

Art. 33. Realizada a auditoria final e aprovados pela SAO o serviço e a documentação mencionados no art. 32, caput, desta Instrução Normativa, a SPS adotará as providências necessárias para:

I - desconto referente à coparticipação do beneficiário e pagamento devido ao credenciado; ou

II - reembolso da despesa decorrente da assistência odontológica prestada por profissional ou por instituição da escolha do beneficiário.

Subseção III

Da Interrupção do Tratamento Eletivo

Art. 34. A interrupção do tratamento aprovado em auditoria inicial poderá ocorrer com ou sem motivo justificado, por iniciativa do beneficiário, do profissional ou da instituição que presta o tratamento.

Parágrafo único. Em qualquer situação mencionada no caput deste artigo, é obrigatória a auditoria final documental pela SAO, nos termos do art. 32 desta Instrução Normativa.

Art. 35. Havendo motivo justificado, a interrupção do tratamento:

I - assegurará ao credenciado o direito de receber deste Tribunal pelos procedimentos realizados, desde que comprovados pela assinatura do beneficiário em campo próprio do plano de tratamento; ou

II - garantirá ao beneficiário o reembolso da despesa decorrente da assistência odontológica prestada pelo profissional ou pela instituição de sua escolha.

§ 1º Se a interrupção ocorrer por iniciativa de quem presta o tratamento, fica esse obrigado a comunicar o fato ao beneficiário e à SAO, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de realização do último procedimento.

§ 2º Se a interrupção ocorrer por iniciativa do beneficiário, fica esse obrigado a comunicar o fato a quem presta o tratamento e à SAO, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de realização do último procedimento.

Art. 36. Não havendo motivo justificado, a interrupção do tratamento por prazo superior a 30 (trinta) dias, contado da data de realização do último procedimento, será considerada abandono.

§ 1º Se o abandono ocorrer por iniciativa de quem presta o tratamento, fica o beneficiário obrigado a comunicar o fato à SAO, não sendo assegurado ao prestador, se credenciado, o direito de receber pelos procedimentos realizados.

§ 2º Se o abandono ocorrer por iniciativa do beneficiário, fica o prestador obrigado a comunicar o fato à SAO, assegurado a ele, se credenciado, o direito de receber deste Tribunal pelos procedimentos realizados, desde que comprovados pela assinatura do beneficiário em campo próprio do plano de tratamento.

§ 3º Para os fins deste artigo, equipara-se ao abandono por iniciativa do beneficiário a falta não justificada a três consultas, consecutivas ou não.

Subseção IV

Do Tratamento Urgente

Art. 37. Para usufruir da assistência odontológica oferecida pelo TRTer Saúde nos tratamentos urgentes, o beneficiário poderá utilizar a rede credenciada ou a assistência odontológica de sua escolha em qualquer localidade.

§ 1º Para os fins deste artigo, considera-se urgente o tratamento que não pode ser adiado ou dividido, no qual são adotadas medidas imediatas para os casos de odontalgia, hemorragia, abscesso, alveolite, fratura dentária e óssea, deslocamento de prótese e de restauração com comprometimento estético.

§ 2º O beneficiário solicitará ao credenciado, ao profissional ou à instituição de sua escolha, relatório com a descrição completa e a comprovação da urgência do tratamento.

§ 3º Independentemente de a assistência odontológica ser prestada por credenciado, por profissional ou por instituição da escolha do beneficiário, a auditoria final pela SAO é obrigatória.

Art. 38. Para consulta de urgência com a rede credenciada, o beneficiário apresentará os documentos mencionados nos incisos do art. 27 desta Instrução Normativa.

Art. 39. Para consulta de urgência com profissional ou com instituição de sua escolha, bastará ao beneficiário apresentar documento de identificação pessoal.

Art. 40. Finalizado o tratamento, é obrigatória a auditoria final documental pela SAO, para avaliar o serviço e a documentação gerada em função do tratamento.

§ 1º O beneficiário que tiver realizado o tratamento com credenciado enviará à SAO, para auditoria final, o plano de tratamento preenchido pelo credenciado e o relatório a que se refere o § 2º do art. 37 desta Instrução Normativa e, quando exigidos nas tabelas, exames, radiografias ou fotografias.

§ 2º O beneficiário que tiver realizado o tratamento com profissional da sua escolha enviará à SAO, para auditoria final, o relatório a que se refere o § 2º do art. 37 desta Instrução Normativa, o recibo ou a nota fiscal de pagamento e o pedido de reembolso e, quando exigidos nas tabelas, exames, radiografias ou fotografias.

§ 3º O prazo para enviar a documentação para auditoria final é de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de realização do tratamento.

§ 4º A inobservância do prazo estabelecido no § 3º deste artigo poderá implicar:

I - desconto integral dos valores relativos aos procedimentos comprovadamente realizados pelo credenciado; ou

II - não reembolso da despesa decorrente da assistência odontológica prestada por profissional ou por instituição da escolha do beneficiário.

§ 5º Outros relatórios, radiografias, fotografias e exames poderão ser exigidos pela SAO.

§ 6º A critério da SAO, o beneficiário poderá ser submetido à auditoria final presencial, em horário previamente marcado, de posse dos documentos mencionados nos §§ 1º e 2º, observado o disposto nos §§ 3º a 5º deste artigo.

§ 7º É de responsabilidade do beneficiário titular, nos prazos estabelecidos nesta Instrução Normativa, o envio da documentação exigida referente aos tratamentos dos beneficiários dependentes mencionados nos incisos VII a IX do art. 17 desta Instrução Normativa. (Redação dada pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)

Art. 41. Realizada a auditoria final e aprovados pela SAO os serviços e a documentação mencionados no caput do art. 40 desta Instrução Normativa, a SPS adotará as providências necessárias para:

I - desconto referente à coparticipação do beneficiário e pagamento devido ao credenciado; ou

II - reembolso da despesa decorrente da assistência odontológica prestada por profissional ou por instituição da escolha do beneficiário.

Subseção V

Do Exame Odontológico Periódico

Art. 42. O Exame Odontológico Periódico (EOP) destina-se a magistrados e servidores ativos, assim considerados os que estejam em exercício nesta 3ª Região.

Art. 43. Para realizar o EOP, o beneficiário deverá utilizar a rede credenciada na cidade onde o serviço for prestado.

§ 1º O beneficiário somente poderá realizar o EOP com profissional ou com instituição de sua escolha se, na cidade onde o serviço for prestado:

I - não houver credenciado; ou

II - houver apenas um credenciado e ficar comprovada a existência de motivo que impeça a realização do EOP.

§ 2º No caso mencionado no inciso II do § 1º deste artigo, o beneficiário ou o credenciado comunicará o motivo, por escrito, à SAO, a quem caberá autorizar ou não a realização do EOP com o profissional ou com a instituição da escolha do beneficiário.

§ 3º Independentemente de o EOP ser realizado por credenciado, por profissional ou por instituição da escolha do beneficiário, a auditoria final documental pela SAO é obrigatória.

Art. 44. Para realizar o EOP, o beneficiário apresentará ao credenciado os seguintes documentos:

I - identificação pessoal;

II - certidão de inscrição no TRTer Saúde; e

III - formulário denominado Guia do Exame Odontológico Periódico.

Parágrafo único. No caso de EOP realizado por profissional ou por instituição da escolha do beneficiário, ficará dispensada a apresentação do documento a que se refere o inciso II do caput deste artigo.

Art. 45. Realizado o EOP, o beneficiário ou quem o atendeu enviará à SAO, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a Guia do Exame Odontológico Periódico preenchida, para auditoria final documental.

Parágrafo único. No caso de EOP realizado por profissional ou por instituição da escolha do beneficiário, este enviará à SAO o recibo ou a nota fiscal de pagamento, além do documento exigido no caput deste artigo.

Art. 46. Realizada a auditoria final e aprovados pela SAO os documentos gerados em função do tratamento, a SPS adotará as providências necessárias para:

I - pagamento devido ao credenciado; ou

II - reembolso da despesa decorrente da assistência odontológica prestada por profissional ou por instituição da escolha do beneficiário.

Subseção VI

Do Reembolso

Art. 47. Será permitido o reembolso da despesa decorrente da assistência odontológica prestada por profissional ou por instituição da escolha do beneficiário nas hipóteses de:

I - tratamento eletivo, observado o disposto no art. 26 desta Instrução Normativa;

II - procedimentos de radiologia, observado o disposto no art. 26 desta Instrução Normativa;

III - tratamento urgente, observado o disposto no art. 37 desta Instrução Normativa; e

IV - EOP, observado o disposto no art. 43 desta Instrução Normativa.

§ 1º O reembolso a que se referem os incisos I, III e IV do caput deste artigo poderá ser requerido pelo beneficiário em auditoria final, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data:

I - do término do tratamento eletivo;

II - de realização do tratamento urgente; ou

III - do EOP.

§ 2º O reembolso a que se refere o inciso II do caput deste artigo poderá ser requerido pelo beneficiário no prazo de 30 (trinta) dias, contado da emissão do recibo ou da nota fiscal de pagamento.

Art. 48. Para requerer o reembolso, o beneficiário deverá apresentar o pedido instruído com o recibo ou a nota fiscal de pagamento.

Parágrafo único. No reembolso da despesa decorrente de tratamento eletivo e de EOP, a apresentação do pedido poderá ser dispensada mediante o preenchimento de campo próprio no respectivo formulário.

Art. 49. O recibo ou a nota fiscal de pagamento deverá ser legível e sem rasura, bem como conter as seguintes informações:

I - nome do beneficiário;

II - descrição e valor de cada procedimento;

III - nome e números de inscrição no Conselho Regional da categoria e no Cadastro de Pessoa Física (CPF), ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), do profissional ou da instituição emitente;

IV - local e data; e

V - assinatura e carimbo do profissional emitente.

§ 1º A exigência contida no inciso II do caput deste artigo poderá ser dispensada mediante o preenchimento de campo próprio no plano de tratamento odontológico ou na Guia do Exame Odontológico Periódico.

§ 2º Somente serão aceitos:

I - nota fiscal eletrônica; ou

II - recibo ou nota fiscal de pagamento, na via original.

Art. 50. Tabelas disponíveis no sítio deste Tribunal estabelecerão o percentual de reembolso.

Parágrafo único. Se o valor cobrado pelo profissional ou pela instituição da escolha do beneficiário for inferior ao estabelecido nas tabelas referidas no caput deste artigo, o reembolso será limitado ao valor efetivamente pago pela assistência.

Art. 51. O valor do reembolso será creditado em folha de pagamento do beneficiário titular, observada a disponibilidade orçamentária.

Parágrafo único. Se o beneficiário for servidor público estadual ou municipal cedido para este Tribunal, o valor do reembolso será creditado em folha de pagamento.

Art. 52. Não será objeto de reembolso a despesa decorrente da assistência odontológica prestada:

I - pelas pessoas mencionadas nos incisos I a V do parágrafo único do art. 78 desta Instrução Normativa; e

II - pela rede credenciada.

Seção II

Da Assistência Psicológica

Art. 53. A assistência psicológica destina-se ao: (Redação dada pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)

I - magistrado ativo ou inativo deste Tribunal e respectivo cônjuge ou companheiro; (Acrescido pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)

II - servidor ativo ou inativo deste Tribunal e respectivo cônjuge ou companheiro; (Acrescido pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)

III - servidor ocupante de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a Administração Pública e respectivo cônjuge ou companheiro; (Acrescido

pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)

IV - servidor público federal em exercício provisório, cedido ou removido para este Tribunal e respectivo cônjuge ou companheiro; (Acrescido pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)

V - servidor público estadual ou municipal cedido para este Tribunal; (Acrescido pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)

VI - menor de 18 anos de idade sob guarda judicial dos beneficiários titulares mencionados nos incisos I a IV do art. 4º desta Instrução Normativa; (Acrescido pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)

VII - enteado até 21 anos, ou até 24 anos de idade se estudante de curso superior ou ensino técnico, dos beneficiários titulares mencionados nos incisos I a IV do art. 4º desta Instrução Normativa; e (Acrescido pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)

VIII - o filho até 21 anos, ou até 24 anos de idade se estudante de curso superior ou ensino técnico, dos beneficiários titulares mencionados nos incisos I a IV do art. 4º desta Instrução Normativa. (Acrescido pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)

Art. 54. A cobertura assegurada pelo TRTer Saúde na assistência psicológica compreende a realização de:

I - sessões de psicoterapia individual;

II - sessões de psicoterapia de casal ou de família; e

III - exame neuropsicológico em psicologia clínica, a pedido da perícia médica oficial deste Tribunal, mediante encaminhamento da Seção de Assistência Psicológica (SAP) à rede credenciada.

§ 1º O TRTer Saúde não cobrirá despesa de assistência psicológica nas doenças codificadas na Classificação Internacional de Doenças (CID10), sob os seguintes códigos: F20 a F29, F31, F33, F50 e F84.

§ 2º O limite de sessões de psicoterapia, por ano civil, encontra-se disposto na Tabela de Honorários e Procedimentos cobertos pelo plano TRTer Saúde, disponível no sítio deste Tribunal.

§ 3º Para fins de cálculo do limite de sessões, considera-se:

I - a entrevista clínica inicial como uma sessão de psicoterapia individual; e

II - cada sessão de psicoterapia de casal ou de família como duas sessões individuais.

§ 4º As sessões destinadas à realização de exame neuropsicológico não serão computadas no limite a que se refere o § 2º deste artigo.

Art. 55. Para usufruir da assistência psicológica oferecida pelo TRTer Saúde, o beneficiário deverá utilizar a rede credenciada na cidade onde o serviço for prestado.

1º O beneficiário somente poderá utilizar a assistência psicológica de profissional ou de instituição não credenciados se, na cidade onde o serviço for prestado, não houver credenciado ou houver apenas um.

§ 2º Independentemente de a assistência psicológica ser prestada por credenciado, por profissional ou por instituição da escolha do beneficiário, a prévia autorização do tratamento pela SAP é obrigatória, após análise do parecer psicológico.

§ 3º A autorização a que se refere o § 2º deste artigo terá validade até 31 de dezembro do ano em que concedida e deverá ser renovada sempre que alterado o credenciado, o profissional ou a instituição que atende o beneficiário.

Art. 56. Para a entrevista clínica inicial, o beneficiário apresentará ao credenciado os seguintes documentos:

I - identificação pessoal;

II - certidão de inscrição no TRTer Saúde;

III - formulário denominado Parecer Psicológico; e

IV - formulário denominado Comprovante de Prestação de Serviço (CPS).

Parágrafo único. No caso de entrevista clínica inicial realizada por profissional ou por instituição da escolha do beneficiário, ficará dispensada a apresentação dos documentos a que se referem os incisos II e IV deste artigo.

Art. 57. Realizada a entrevista clínica inicial, o beneficiário ou quem o atendeu encaminhará o parecer psicológico à SAP, para análise.

§ 1º O parecer psicológico é documento confidencial, resguardado sob sigilo ético.

§ 2º Na análise do parecer psicológico, a SAP verificará se:

I - os campos estão preenchidos, inclusive com carimbo de quem realizou a entrevista;

II - o magistrado ou o servidor identificado no documento é beneficiário da assistência psicológica do TRTer Saúde, nos termos do art. 53 desta Instrução Normativa;

III - há cobertura do TRTer Saúde, nos termos do art. 54 desta Instrução Normativa;

IV - o profissional está com registro ativo no Conselho Regional de Psicologia (CRP) do Estado onde realizado o atendimento; e

V - no caso de prestação de serviços psicológicos online, se o profissional tem autorização do Conselho Regional de Psicologia (CRP) para realização deste tipo de atendimento.

§ 3º Após analisar o parecer psicológico, a SAP autorizará ou não o tratamento proposto.

Art. 58. O comparecimento do beneficiário à entrevista clínica inicial e às sessões de psicoterapia individual, de casal ou de família será atestado no CPS pelo profissional ou pela instituição responsável pelo atendimento.

Parágrafo único. O beneficiário datará e assinará o CPS após a realização da entrevista clínica inicial e de cada sessão de psicoterapia individual, de psicoterapia de casal ou de família, marcando o tipo de sessão na coluna correspondente.

Art. 59. O controle do número de sessões para observância do limite a que se refere o § 2º do art. 54 desta Instrução Normativa será de responsabilidade do beneficiário e do profissional ou da instituição que o atende.

Parágrafo único. É dever do beneficiário informar a quem o atende a realização de sessões com outros profissionais no mesmo ano civil.

Art. 60. O beneficiário, o profissional ou a instituição que o atendeu enviará o CPS e o recibo ou a nota fiscal de pagamento à SPS.

§ 1º A SPS, após aprovar os documentos, adotará as providências necessárias para:

I - desconto referente à coparticipação do beneficiário e pagamento devido ao credenciado; ou

II - reembolso da despesa decorrente da assistência psicológica prestada por profissional ou por instituição da escolha do beneficiário.

§ 2º É vedado ao credenciado cobrar do beneficiário importância pela assistência psicológica assegurada pelo TRTer Saúde.

§ 3º O pagamento das sessões que excederem o limite estabelecido no § 2º do art. 54 desta Instrução Normativa será feito diretamente pelo beneficiário ao profissional ou à instituição responsável pelo atendimento.

Subseção Única

Do Reembolso

Art. 61. Será permitido o reembolso da despesa decorrente da assistência psicológica prestada por profissional ou por instituição da escolha do beneficiário, observado o disposto no art. 55 desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. O reembolso poderá ser requerido pelo beneficiário no prazo de 30 (trinta) dias, contado da emissão do recibo ou da nota fiscal de pagamento.

Art. 62. Para requerer o reembolso, o beneficiário observará o procedimento estabelecido no art. 48 desta Instrução Normativa.

Art. 63. O recibo ou a nota fiscal deverão ser emitidos de conformidade com o disposto no art. 49, caput e § 2º, desta Instrução Normativa.

Seção III

Da Assistência Fisioterápica

Art. 65. A assistência fisioterápica destina-se ao:

I - magistrado ativo ou inativo deste Tribunal e respectivo cônjuge ou companheiro;

II - servidor ativo ou inativo deste Tribunal e respectivo cônjuge ou companheiro;

III - servidor ocupante de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a Administração Pública e respectivo cônjuge ou companheiro;

IV - servidor público federal em exercício provisório, cedido ou removido para este Tribunal e respectivo cônjuge ou companheiro; e

V - servidor público estadual ou municipal cedido para este Tribunal. (Acrescido pela Instrução Normativa GP n. 110, de 6 de junho de 2023)

Art. 66. A cobertura assegurada pelo TRTer Saúde na assistência fisioterápica destina-se à prevenção de adoecimento ou ao tratamento de distúrbio postural e osteomuscular, dor crônica e desordem neurológica e compreende a realização de:

I - sessões de Reeducação Postural Global (RPG) individuais; e

II - sessões de Pilates, individuais ou em grupo de, no máximo, três alunos.

§ 1º O limite de sessões da assistência fisioterápica, por ano civil, encontra-se disposto na Tabela de Honorários e Procedimentos cobertos pelo plano TRTer Saúde, disponível no sítio deste Tribunal.

§ 2º Para fins de cálculo do limite de sessões, considera-se a avaliação inicial como uma sessão de RPG ou de Pilates.

Art. 67. Para usufruir da assistência fisioterápica oferecida pelo TRTer Saúde, o beneficiário deverá utilizar a rede credenciada na cidade onde o atendimento for prestado.

§ 1º O beneficiário somente poderá utilizar a assistência fisioterápica de sua escolha se, na cidade onde o atendimento for prestado:

I - não houver credenciado; ou

II - houver apenas um credenciado na modalidade procurada e ficar comprovada a existência de motivo que impeça a assistência fisioterápica.

§ 2º Independentemente de a assistência fisioterápica ser prestada por credenciado, por profissional ou por instituição da escolha do beneficiário, o preenchimento do formulário denominado Questionário de Prontidão para Atividade Física é obrigatório.

§ 3º O TRTer Saúde não cobrirá despesa decorrente da assistência fisioterápica prestada sem observância do disposto neste artigo.

Art. 68. Para a avaliação inicial, o beneficiário apresentará ao credenciado os seguintes documentos:

I - identificação pessoal;

II - certidão de inscrição no TRTer Saúde;

III - Questionário de Prontidão para Atividade Física; e

IV - CPS.

Parágrafo único. No caso de avaliação inicial realizada por profissional ou por instituição da escolha do beneficiário, ficará dispensada a apresentação dos documentos a que se referem os incisos II e IV deste artigo.

Art. 69. Realizada a avaliação inicial, o beneficiário ou quem o atendeu encaminhará o Questionário de Prontidão para Atividade Física à SPS.

Art. 70. O comparecimento do beneficiário à avaliação inicial e às sessões de RPG ou Pilates será atestado no CPS pelo profissional ou pela

instituição responsável pelo atendimento.

Parágrafo único. O beneficiário datará e assinará o CPS após a realização da avaliação inicial e de cada sessão de RPG ou Pilates.

Art. 71. O controle do número de sessões para observância do limite a que se refere o § 1º do art. 66 desta Instrução Normativa será de responsabilidade do beneficiário, do profissional ou da instituição que o atende.

Parágrafo único. É dever do beneficiário informar a quem o atende a realização de sessões com outros profissionais no mesmo ano civil.

Art. 72. O beneficiário, o profissional ou a instituição que o atendeu enviará o CPS e o recibo ou a nota fiscal de pagamento à SPS.

§ 1º A SPS, após aprovar os documentos, adotará as providências necessárias para:

I - desconto referente à coparticipação do beneficiário e pagamento devido ao credenciado; ou

II - reembolso da despesa decorrente da assistência fisioterápica prestada por profissional ou por instituição da escolha do beneficiário.

§ 2º É vedado ao credenciado cobrar do beneficiário importância, pela assistência fisioterápica assegurada pelo TRTer Saúde.

§ 3º O pagamento das sessões que excederem o limite estabelecido no § 1º do art. 66 desta Instrução Normativa será feito diretamente pelo beneficiário ao profissional ou à instituição responsável pelo atendimento.

Subseção Única

Do Reembolso

Art. 73. Será permitido o reembolso da despesa decorrente da assistência fisioterápica prestada por profissional ou por instituição da escolha do beneficiário, observado o disposto no art. 67 desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. O reembolso poderá ser requerido pelo beneficiário no prazo de 30 (trinta) dias, contado da emissão do recibo ou da nota fiscal de pagamento.

Art. 74. Para requerer o reembolso, o beneficiário observará o procedimento estabelecido no art. 48 desta Instrução Normativa.

Art. 75. O recibo ou a nota fiscal deverão ser emitidos de conformidade com o disposto no art. 49, caput e § 2º, desta Instrução Normativa.

Art. 76. O reembolso mencionado no art. 73 observará, ainda, o disposto nos arts. 50 a 52 desta Instrução Normativa.

CAPÍTULO VI

DA ASSISTÊNCIA OFERECIDA PELA OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE CONTRATADA E PELA OPERADORA DE SAÚDE OFERTADA POR MEIO DE AVENÇA FIRMADA COM ENTIDADE REPRESENTATIVA DE MAGISTRADOS OU SERVIDORES

Art. 77. Os beneficiários, o objeto, a cobertura e as condições para utilização da assistência médica oferecida pela operadora de plano de saúde e para reembolso de despesas são os informados no contrato vigente.

Art. 77-A. Os beneficiários, o objeto, a cobertura e as condições para utilização da assistência médica oferecida pelo plano de saúde ofertado pela entidade representativa de Magistrados ou Servidores e para reembolso de despesas, são os informados no contrato de prestação de serviços celebrado entre a operadora de plano de saúde e a entidade representativa de Magistrados ou Servidores com a qual este Tribunal firmar a avença.

CAPÍTULO VII

DA CONTRATAÇÃO

Art. 78. A contratação dos prestadores dos serviços pelo TRTer Saúde será feita por meio de credenciamento, por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, caput, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993.

Parágrafo único. São impedidos de se credenciar como pessoas físicas ou jurídicas, independentemente de serem beneficiários do Plano de Assistência à Saúde:

I - magistrado ativo e inativo deste Tribunal;

II - servidor ativo e inativo deste Tribunal;

III - servidor público federal em exercício provisório, cedido ou removido para este Tribunal;

IV - servidor ocupante de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a Administração Pública; e

V - servidor público estadual ou municipal cedido para este Tribunal.

Art. 79. A contratação da operadora de plano de saúde será feita por meio de procedimento licitatório, nos termos da legislação federal que regulamenta a matéria.

Art. 79-A. A oferta de plano de saúde por meio de entidade representativa de Magistrados ou Servidores será disciplinada por avença firmada com entidade representativa de Magistrados ou Servidores, a critério deste Tribunal.

CAPÍTULO VIII

DO CUSTEIO

Art. 80. A despesa decorrente do Plano de Assistência à Saúde será custeada por:

I - recurso próprio deste Tribunal, em programa e verba orçamentária específicos; e

II - contribuição dos beneficiários titulares, dependentes e especiais, definida em tabelas disponíveis no sítio deste Tribunal.

§ 1º A contribuição a que se refere o inciso II do caput deste artigo será realizada mediante o pagamento de mensalidade, de coparticipação em consultas, exames e procedimentos e de transporte aeromédico, na forma estabelecida neste Capítulo, no contrato celebrado entre este Tribunal e a operadora de plano de saúde e no contrato de prestação de serviços celebrado entre a operadora de plano de saúde e a entidade representativa de Magistrados ou Servidores com a qual este Tribunal firmar a avença.

§ 2º Será cobrada mensalidade do beneficiário pelos serviços oferecidos pela operadora de plano de saúde contratada por este Tribunal, bem como pela operadora de plano de saúde ofertada pela entidade representativa de Magistrados ou Servidores com a qual este Tribunal firmar a avença, independentemente de sua utilização.

§ 3º Não será cobrada mensalidade do beneficiário pelos serviços oferecidos pelo TRTer Saúde.

§ 4º Será cobrada coparticipação do beneficiário quando houver utilização dos serviços oferecidos pelo TRTer Saúde, pela operadora de plano de saúde contratada por este Tribunal e pela operadora de plano de saúde ofertada pela entidade representativa de Magistrados ou Servidores com a qual este Tribunal firmar a avença.

§ 5º Será cobrado transporte aeromédico do beneficiário quando houver opção pelo serviço, independentemente de sua utilização.

§ 6º Nos casos de exame periódico ou tratamento de doença profissional ou acidente de trabalho, o magistrado ou o servidor que estiver em exercício neste Tribunal está isento de contribuir para o respectivo custeio.

§ 7º A contribuição a que se refere o § 1º deste artigo será paga mediante desconto em folha de pagamento do beneficiário titular ou, na impossibilidade, por outro instrumento de cobrança.

§ 8º O beneficiário titular é responsável pelo pagamento da contribuição dos respectivos beneficiários dependentes e especiais.

Art. 81. A critério da Presidência, os percentuais da contribuição do beneficiário referentes à mensalidade da operadora de plano de saúde (contratada ou ofertada por entidade representativa de Magistrados ou Servidores) e à coparticipação em procedimentos oferecidos pelo TRTer Saúde poderão sofrer variação de acordo com a disponibilidade orçamentária.

Art. 82. A critério da Presidência, os valores ou percentuais relativos à mensalidade, à coparticipação em consultas, exames e procedimentos e ao transporte aeromédico poderão ser suportados por este Tribunal, no caso de existência de dotação orçamentária.

Art. 83. O reembolso da despesa decorrente da assistência prestada por profissional ou por instituição da escolha do beneficiário observará o

disposto nas Seções referentes às assistências odontológica, psicológica e fisioterápica, no contrato celebrado entre este Tribunal e operadora de plano de saúde e no contrato de prestação de serviços celebrado entre a operadora de plano de saúde e a entidade representativa de Magistrados ou Servidores com a qual este Tribunal firmar a avença.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 84. O magistrado e o servidor que prestarem serviço nesta 3ª Região, ainda que não sejam beneficiários do Plano de Assistência à Saúde, terão direito à realização de exame médico e odontológico periódico e ao reembolso de despesa decorrente do tratamento de doença profissional ou de acidente em serviço, observadas as tabelas disponíveis no sítio deste Tribunal e o contrato celebrado entre este Tribunal e a operadora de plano de saúde.

Art. 85. O cancelamento de consulta das especialidades cobertas pelo TRTer Saúde deverá ser feito com, pelo menos, seis horas de antecedência.

Parágrafo único. A inobservância do prazo estabelecido no caput deste artigo poderá implicar o desconto integral do valor da consulta ou da sessão.

Art. 86. Além das tabelas mencionadas nos arts. 18, 50, 54, 66, 80 e 84 desta Instrução Normativa, estão disponíveis no sítio deste Tribunal:

I - a relação de credenciados do TRTer Saúde, da operadora de plano de saúde contratada por este Tribunal e da operadora de plano de saúde ofertada por entidade representativa de Magistrados ou Servidores com a qual este Tribunal firmar a avença;

II - a certidão de inscrição no TRTer Saúde;

III - o contrato celebrado entre este Tribunal e a operadora de plano de saúde, a avença firmada com entidade representativa de Magistrados ou Servidores, a critério deste Tribunal e o contrato de prestação de serviços celebrado entre a operadora de plano de saúde e a entidade representativa de Magistrados ou Servidores com a qual este Tribunal firmar a avença;

IV - o edital de credenciamento; e

V - os formulários:

a) de inscrição e de desligamento do Plano de Assistência à Saúde;

b) do Plano de Tratamento Odontológico;

c) Guia do Exame Odontológico Periódico;

d) Guia do Exame Médico Periódico;

e) Parecer Psicológico;

f) CPS;

g) Questionário de Prontidão para Atividade Física;

h) Pedido de Reembolso; e

i) de autorização de tomografias.

Art. 87. A inscrição do beneficiário no Plano de Assistência à Saúde implica a aceitação das disposições estabelecidas nesta Instrução Normativa.

Art. 88. Casos omissos serão resolvidos pela Presidência deste Tribunal.

Art. 89. Fica revogada a Resolução GP n. 6, de 22 de julho de 2013.

Art. 90. Esta Instrução Normativa entra em vigor em 4 de maio de 2020.

JOSÉ MURILO DE MORAIS
Desembargador Presidente

Port. de Retific. SEPP BE n. 2, 7 de junho de 2023

poder judiciário da união
tribunal regional do trabalho da 3ª REGIÃO

PORTARIA DE RETIFICAÇÃO SEPP BE Nº 002, 7 DE JUNHO DE 2023

O SECRETÁRIO DE PAGAMENTO DE PESSOAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO, no uso de sua competência atribuída pelo art. 39, inciso III, do Regulamento Geral deste Tribunal (RA 266/2015), resolve:

Tornar sem efeito a Portaria SEPP BE nº 07/2023, publicada em 22/03/2023, referente ao valor do benefício especial da servidora ADIL CRISTINA BAPTISTA ESTEVES BASSINI, pasta 4625-6.

RICARDO BAHIA RACHID
Secretário de Pagamento de Pessoal

Portaria SEPP BE n. 23, 7 de junho de 2023

poder judiciário da união
tribunal regional do trabalho da 3ª REGIÃO

PORTARIA SEPP BE Nº 023, 7 DE JUNHO DE 2023

O SECRETÁRIO DE PAGAMENTO DE PESSOAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO, no uso de sua competência atribuída pelo art. 39, inciso III, do Regulamento Geral deste Tribunal (RA 266/2015);

CONSIDERANDO o disposto no § 1º do art. 3º da Resolução Conjunta STF/MPU 3;

CONSIDERANDO o processo TRT/e-PAD/43846/2022;

RESOLVE:

Tornar público o valor do Benefício Especial, previsto no § 1º do art. 3º da Lei 12.618/12, da servidora Adil Cristina Baptista Esteves Bassini, pasta 4625-6, equivalente, em 09/11/2022, a R\$ 12.450,34 (doze mil, quatrocentos e cinquenta reais e trinta e quatro centavos), conforme Declaração nº 23/2023 da Secretaria de Pagamento de Pessoal, emitida em 07/06/2023.

RICARDO BAHIA RACHID
Secretário de Pagamento de Pessoal

Portaria

Portaria de Pessoal

Portaria DGP N. 627/2023, 9 de junho de 2023

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO, no uso de suas atribuições regulamentares,

CONSIDERANDO a competência delegada pelo art. 2º, inciso XXIV, da Portaria GP n. 3, de 3 de janeiro de 2022;

CONSIDERANDO a subdelegação consubstanciada no art. 2º, XI, da Portaria DG n. 2, de 3 de janeiro de 2022;

CONSIDERANDO a Resolução n. 99, de 20 de abril de 2012, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que dispõe sobre a designação de servidor para desempenhar as atribuições de oficial de justiça na condição ad hoc no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus;